A Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior de 1985 e a avaliação da educação superior brasileira.

Entrevista concedida por Simon Schwartzman a Gladys Barreyro, em 10 de junho de 2009, Rio de Janeiro.

E: Na verdade, já queria começar com o documento sobre a nova política pela educação superior que o senhor elaborou...

Prof. Simon: De 1985?

E: Sim. Quando era membro da Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior. Eu trabalho com outro pesquisador, prof. José Carlos Rothen e nós tínhamos feito só uma análise sobre este documento que foi publicado na revista Avaliação. Então, tínhamos lido a proposta desenvolvida nesse documento e feito comparações com outros. Queria lhe perguntar, se o senhor foi o autor do documento, em que há um desenvolvimento extenso sobre avaliação. Dado que era o relator da Comissão.

Prof. Simon: Não lembro exatamente, mas eu acho que sim. Boa parte foi eu que escrevi. Faz mais de vinte anos isso. Foi um trabalho coletivo, mas eu redigi uma boa parte.

E: Concorda, portanto, com as ideias contidas nele?

Prof. Simon: Ah, sim.

E: Até porque alguns dos participantes da Comissão, o Paulo Rosas, publicou um texto em que discorda.

Prof. Simon: Havia divergências na Comissão, o governo na época tentou pegar pessoas de todas as classes, éramos vinte e tantos membros. E o Paulo estava contra. Parece que eu e outros estávamos em maioria e ele e outros, em minoria.

E: Aparece no documento uma missão que teria o Conselho Federal de Educação, mas o Conselho de Educação seria reformado, que seria o órgão indicado para realizar essas avaliações. Na época estava se pensando em ele cumprir a função de uma agência de avaliação, de alguma forma?

Prof. Simon: Vou falar de lembranças..., a palavra agência, na época, não existia. Não se falava, não se pensava em agências. O que se pensava é que precisaria ter um órgão independente, que não fosse um órgão burocrático. O Conselho funcionava como uma espécie de burocracia, despachando processos, e achávamos que deveríamos criar alguma coisa que tinha que ter mais essa função de avaliação, de controle da qualidade, o que na visão moderna, seria uma agência. Acho que essa é a ideia, ainda que não se falasse na época.

E: Claro. Nesse trabalho da Comissão, houve algum contato, seja com o prof. Sérgio Costa Ribeiro ou com Edson Machado? Eles tinham participado do PARU, aquele

Programa de Avaliação da Reforma Universitária, como eles voltam a parecer depois no GERES, eu queria saber se havia relações com eles?

Prof. Simon: É. Eu não lembro exatamente. Eu tenho a impressão de que o grupo do antigo PARU, sentiu-se esvaziado, porque houve uma comissão depois e eles não estavam no grupo. Mas depois alguns deles, participaram do GERES (Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior). Não lembro de nenhuma dificuldade em relação a isso, mas de fato eles não participaram da Comissão. O antigo PARU, e mais tarde o GERES, eram órgãos do Ministério da Educação, mas a Comissão era mais ampla, formada por pessoas de diversos setores da sociedade,

E: Claro, isso explicaria aqueles problemas...

Prof. Simon: O processo político de criação desta Comissão foi uma coisa decidida, na época, pelo Everaldo Maciel, que era o Secretário Executivo do Ministério da Educação. Marco Maciel era o Ministro. E ele fez uma composição política complicada, que tinha que ter uma mulher, um homem, um católico, um protestante, um da esquerda, outro da direita, ele tinha que juntar todas as coisas e resultou em uma comissão muito heterogênea.

E: Alguns dos textos que li, falam também que depois foi arquivada a proposta.

Prof. Simon: Sim.

E: E o que eu vi em algumas bibliografias é que chegou a ser elaborado um projeto de lei no GERES.

Prof. Simon: Foi o projeto do GERES.

E: E que depois ele foi, segundo algumas coisas que eu li, ele foi desestimado porque havia greve dos professores da época.

Prof. Simon: Tinha um clima forte de oposição. A chamada comunidade acadêmica, universitária, foi muito contra. O Rosas, que era minoria dentro da Comissão, representava um pensamento muito forte na área universitária, que era contra qualquer tentativa de avaliação, de *accountability*, tudo o que ela visse como ameaça. E o governo, na época, o Ministro Maciel, não tinha menor interesse em criar

dificuldades políticas. Então, quando ele sentiu a pressão, simplesmente abandonou o projeto.

E: Teve alguma relação com a questão dos improdutivos?

Prof. Simon: Não.

E: Eu acho que foi depois, em 1988?

Prof. Simon: É. Não isso foi mais ou menos em 1985, aquilo foi mais tarde. Foi quando o Goldemberg estava no Ministério. Foi completamente diferente.

E: Como surgiu o NUPES e quais os objetivos e financiamentos?

Prof. Simon: A ideia inicial do NUPES, a pessoa que liderou, foi a Eunice Durham, que tinha o apoio do professor José Goldemberg, quando era reitor da USP. Havia um Conselho dos Reitores das universidades paulistas. E a ideia era que o NUPES fosse um grupo de pesquisas do Conselho; e que pudesse assessorar o estado de São Paulo, na política de educação superior, para o estado de São Paulo. Essa era a ideia inicial. Essa ideia se frustrou, porque as outras universidades não apoiaram. Com isto, o NUPES ficou como um núcleo de pesquisas somente da USP. Eu cheguei a ter algumas participações em reuniões do Conselho de Reitores paulistas, onde se discutiam alternativas para expansão do sistema universitário do Estado, e me lembro que defendi a ideia de que se deveria adotar um modelo de três níveis, semelhante ao do Estado da Califórnia nos Estados Unidos. Mas isso, na verdade, não foi muito à frente e nós ficamos como um grupo, de alguma maneira, envolvidos em questões de política institucional da USP, na época do Goldenberg. E depois, quando o Goldenberg saiu, já não. Aí o NUPES passou a fazer pesquisas acadêmicas.

E: E o senhor permaneceu?

Prof. Simon. Eu fiquei no NUPES até 1994, quando fui para o IBGE.

E: É dessa época, então, o seminário que vocês realizaram na USP?

Prof. Simon: Nós fizemos um seminário sobre avaliação, exatamente.

E: E o NUPES, que financiamento teve? Porque existem muitas lendas sobre isso.

Prof. Simon: O NUPES teve um financiamento da Fundação Ford, e esse financiamento, na verdade, foi o que permitiu, por exemplo, que eu viajasse semanalmente do Rio para São Paulo: morava no Rio e ia para São Paulo. Logo depois tivemos um projeto comparativo Latino-Americano, coordenado por José Joaquin Brunner, do Chile, e participação de colegas da Argentina, México e

Colômbia, entre outros. Este projeto também teve financiamento da Fundação Ford. Então, o principal financiador externo foi a Fundação Ford.

E: Queria perguntar se o NUPES, também, dentre os objetivos dele estava divulgar a concepção de diferenciação do ensino superior? Diferente da visão da reforma de 1968 e que perpassa toda a produção do senhor.

Prof. Simon: Não era um "objetivo" do NUPES, mas uma ideia que eu e Eunice Durham, que coordenávamos o NUPES, defendíamos, e ainda defendemos.

E: Entrevistei-a há pouco tempo.

Prof. Simon: Eunice vem da antropologia, mas começa a se envolver cada vez mais com os temas da educação superior mais ou menos nessa época, ou um pouco antes. E ela faz uma mudança intelectual... E eu, na verdade, vinha trabalhando há mais tempo com essas questões. E essa questão da diferenciação foi um tema que me pareceu óbvio, então...

E: E entrava, então, na agenda do NUPES?

Prof. Simon: Isso.

E: Então, antes de continuar com isso, eu pergunto: algumas bibliografias assinalam que no governo Fernando Henrique teria se levantado esse modelo essa questão dos centros universitários, das faculdades integradas, etc. O senhor concorda com isso? E até que ponto, realmente, o modelo de diferenciação que o senhor propõe, considera que efetivamente foi realizado?

Prof. Simon: A diferenciação ocorreu, mas como um processo natural e inevitável, e não como consequência de nossas propostas ou ideias. Eu descrevo isto em um artigo de 2001, "A Revolução Silenciosa do Ensino Superior," em Eunice Ribeiro Durham e Helena Sampaio, *O Ensino Superior em Transformação*, São Paulo, Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (NUPES/USP), 2001, CEBRAP, pp 13-30.
O que o governo Fernando Henrique fez foi reconhecer, em parte, isso. Agora, o que o governo Fernando Henrique não fez e, isso o governo Lula também não faz, é uma política específica de criação de modelos de organização que tenham objetivos diferentes. Apesar de você ter esse reconhecimento de centros universitários, do ponto de vista formal todos eles fazem o mesmo tipo de curso: direito, de medicina, de administração, enfim. É tudo dentro do mesmo modelo. Então, na verdade você não teve uma política, em nenhum momento, nem no governo Fernando Henrique, nem muito menos agora, de realmente pensar num sistema aberto, com diferentes caminhos, diferentes alternativas, com diferentes possibilidades.

E: Nem o recente incentivo à criação dos cursos tecnológicos? CEFET´s?

Prof. Simon: Minha sensação que está ocorrendo o que se chama na literatura de "academic drift". Esses CEFET´s estão virando universidades, tão fazendo pós-graduação, fazendo mestrado. Eles estão tentando transformar os centros de formação tecnológica em universidades tradicionais. Eu não vejo aí uma política

realmente de educação tecnológica diferenciada. A pressão de quem trabalha nestas é procurar evoluir para posições de maior prestígio acadêmico, colocando em segundo planos as atividades formação tecnológica propriamente ditas – daí o "academic drift". O governo Lula, como não tem políticas pensadas, para isso, atende a estas pressões. Pode ser que tenha havido experiências diferentes, como lá no ABC, onde se tentou uma criar universidade para o trabalho, em um formato diferente, mais próximo do formato de do Modelo de Bolonha, a chamada a universidade nova.

E: Poderia definir a sua concepção sobre avaliação da educação superior?

Prof. Simon: Não tenho muita novidade a dizer sobre isso, já há bastante consenso a respeito. Uma avaliação tem que ser autônoma, você tem que ter um órgão, que não seja um órgão da burocracia pública, que combine um forte componente de "peer review" com um sistema claro de informações objetivas de desempenho que sejam comunicadas à sociedade. No Brasil tivemos algumas novidades que não existem em outros países, como o Provão, e agora o ENADE. O Provão foi uma iniciativa foi interessante, eu acho que o atual sistema é pior. Mas, enfim, eu não acho que tem muita novidade.

E: A relação ou a vinculação do resultado da avaliação com financiamento também era uma ideia que o senhor defendia?

Prof. Simon: Sim. Hoje em dia, no caso do Brasil, você tem situação, que é uma situação muito ruim, que o governo financia as universidades federais sem nenhum critério. O governo dá dinheiro para as federais sem nenhum critério. Precisa de critérios sólidos como política.

E: O Reuni não lhe parece ser um balizador?

Prof. Simon: O Reuni é uma tentativa de associar dinheiro a mais estudantes. A ideia é que, se as universidades colocarem mais estudantes, elas vão ter mais dinheiro, é isso?

E: Sim.

Prof. Simon: Neste sentido ele vai na direção correta, mas não afeta os orçamentos históricos das universidades, que são completamente sem critérios. O correto seria usar indicadores, como, por exemplo, quantas pessoas são formadas, incluindo índice de desempenho em diferentes áreas e, tentar chegar a uma espécie de fórmula, que permita estimar se a universidade está produzindo de forma correspondente ao dinheiro que recebe. Nós temos aberrações muito grandes. Na verdade, quem paga os professores não é a universidade é o governo federal que paga diretamente. E como 90% ou 95% dos orçamentos das universidades é salário, e as folhas de

pagamento só podem crescer, o sistema é completamente sem nenhum tipo de acompanhamento.

E: Quando foi implementado o Provão, o senhor era presidente do IBGE, em Brasília. Tinha contato com a equipe do Ministério nessa época e participou dessa criação? Ou daquela reunião de apresentação que o Paulo Renato fez?

Prof. Simon: Eu participei de uma reunião em que o Paulo Renato comunicou a implantação do Provão, mas eu não sei qual foi a origem da ideia.
.

E: E o senhor não teve participação?

Prof. Simon: Não, vi como fato consumado. Ele chegou, apresentou e disse “estou fazendo isso”. Foi em uma reunião em que participei, não como presidente do IBGE, mas como pessoa interessada no tema. Eu tinha contato com o Paulo Renato, participei de algumas coisas, conversava. Mas, nesse caso específico, ele realmente veio com isso pronto. Eu tenho até meio suspeita de onde veio a ideia, mas aí...

E: Ah, não pode contar?

Prof. Simon: Não, não. (risos)

E: E a sua opinião sobre o Provão?

Prof. Simon: Eu acho que o Provão foi interessante, ele criou uma dinâmica nova, de saber se o curso está bom, ou ruim. Mas ao mesmo tempo ele foi um passo atrás na questão da diferenciação. Ele impôs um modelo único para todo mundo. Além disto, ele media o resultado final dos cursos, mas não o “valor adicionado”, ou seja, o que os cursos acrescentavam ao que os estudantes já traziam. Você acaba criando, você acaba ratificando os cursos que tem melhores alunos, melhores universidades públicas, etc. quase que automaticamente. A outra coisa que o Provão não fez foi estabelecer qual o mínimo aceitável de desempenho para os diversos cursos. Não basta saber se um curso de medicina, por exemplo, está no quinto superior ou médio, o que a sociedade precisa saber, e isto o Provão não dizia, era se ele tinha um nível satisfatório. Ele só fazia o ordenamento.

E: Sua opinião sobre os “rankings” que se elaboram a partir dos resultados das provas?

Prof. Simon: Eu sempre fui muito a favor de rankings, mas hoje em dia eu tenho mais dúvidas. Quer dizer, eu acho que o...

E: Eu vou lhe perguntar sobre o Conceito Preliminar de Cursos.

Prof. Simon: A sociedade precisa estar informada a respeito da qualidade dos cursos, e os próprios cursos precisam desta informação para serem estimulados a melhorar. Então, é necessário dizer, publicamente, quais são os cursos ótimos, que devem servir de modelo, os que estão ok, e os que estão funcionando de forma inaceitável. Mas isto precisa ser feito de forma competente e por quem tenha legitimidade para isto.

Com Conceito Preliminar Cursos, o Ministério de Educação fez uma série de cálculos pouco inteligíveis, e distribuiu selos de qualidade para as instituições de todo o país, de uma forma que me pareceu irresponsável.

E: Quando em 2004 foi aprovado o SINAES, o senhor se manifestou sobre o ENADE, sobre a prova. Qual a sua opinião sobre o SINAES, sobre o conjunto de instrumentos: avaliação institucional, de cursos e de estudantes.

Prof. Simon: A minha opinião franca sobre o SINAES é que ele foi feito para não funcionar. O SINAES é complicado demais. Você tinha antes um sistema simples que funcionava que era o Provão. Com defeitos, mas funcionava. Com o SINAES, o que foi dito é que "vamos criar o grande sistema, vamos avaliar tudo, autoavaliação avaliação externa e etc." e então, por isso que não se fez quase nada. As autoavaliações, por exemplo, podem ser úteis para as instituições interessadas em melhorar sua qualidade, mas tem o defeito de não permitir comparações e de serem feitas pelos próprios interessados. Lembro que o antigo PARU, no passado, gerou pilhas e pilhas de documentos que ninguém leu. Com isto não se faz uma política

nacional. Eu acho que o ENADE, aparece mais tarde, não sei se ele estava na ideia original.

E: O SINAES é mais parecido com outras experiências de avaliação da América Latina, inclusive a chilena, que tem autoavaliação, avaliações externas, por pares...

Prof. Simon: A chilena tem uma certificação externa.

E: Não tem... não tem prova, e a prova realmente, somente existe..., só existiu no Brasil.

Prof. Simon: Mas, o Brasil também não tem um sistema de certificação adequado.... O que ficou disso tudo é o ENADE, e esse “conceito preliminar” que o INEP inventou

E: Professor, o senhor conhece algum país no mundo que usa uma prova como o Provão?

Prof. Simon: Não.

E: Porque eu sei da América Latina, mas fora daí não sei.

Prof. Simon: Eu acho que não. Aí tem a teoria da jabuticaba. Conhece a teoria da jabuticaba?

E: Não.

Prof. Simon: Se não é jabuticaba e só tem no Brasil, não é bom.

E: Eu não quis dizer isso. (risos)

Prof. Simon: Se é jabuticaba e tem no Brasil é ótimo, mas se só tem no Brasil e não é jabuticaba, é uma coisa que temos que ficar desconfiados.

E: Mas, eu quis aproveitar o seu conhecimento para comprovar isso (que nenhum outro país tinha prova)

Prof. Simon: Eu acho que o Provão foi uma coisa interessante, desperta curiosidade, etc. Mas, a verdade é que ele tinha defeitos.

E: Bom, então, qual é sua opinião sobre o ENADE?

Prof. Simon: O ENADE é muito mal feito. O ENADE não tem uma base, ele tem dois problemas. Ele tem problemas técnicos: aquela prova inicial que eles fazem – de conhecimentos gerais – é um “monstrengo,” não tem a menor validade de nada; são quinze perguntas gerais, que pretendem medir dezenas de coisas, aquilo é uma bobagem. A maneira em que os dados iniciais das provas dos alunos entrantes, dos concluintes, da parte geral e da parte específica são combinados tem pesos arbitrários, problemas de padronização dos resultados, e o absurdo que é somar os

resultados dos alunos iniciantes com o dos concluintes, quando a ideia seria exatamente a oposta, de ver a diferença, para medir o valor agregado. O conceito de cursos combina estes resultados do ENADE como os de uma estimativa estatística de outros dados, que também é difícil de entender e justificar. O Ministério da Educação diz que o ENADE é somente um elemento das avaliações, e que por isto não deveria ser considerado de forma absoluta, mas ao mesmo tempo é praticamente o único dado que utiliza, porque não tem outro, O resultado é que o impacto que o Provão teve, o ENADE não tem, ficou uma coisa meio esvaziada. Me parece que é pelo menos em parte intencional, porque tem muita gente que participou da criação do SINAIS que de fato é por princípio contra a avaliação quantitativa. Mas, como esse governo é muito ambíguo, também, então o INEP puxa para um lado, o e outros puxam para o outro. . .

E: Qual a sua opinião sobre o Conceito Provisório de Cursos?

Prof. Simon: Eu escrevi sobre isso, O governo não pode dizer, que ele é um índice preliminar e ao mesmo tempo dar uma chancela oficial e usar isso com consequências para as instituições. É papel do governo avaliar e avaliar bem. Mas não pode simplesmente criar uma construção estatística, jogar na imprensa e dizer que essa é a avaliação do governo, oficial.

E: E o Índice Geral de Cursos? Eu não sei se o senhor chegou a ler?

Prof. Simon: Mas, é esse. Esse é o Índice...

E: Porque o trabalho trata do conceito [Conceito Preliminar de Curso] aqui.

Prof. Simon: É diferente?

E: É que o Índice, depois é uma composição que vai expor a Instituição

Prof. Simon: Ah... da instituição?

E: E a ponderação ...

Prof. Simon: Esse até passou despercebido.

E: Porque é criado o Índice Geral a partir de conceitos que não são comparáveis entre si. Na verdade, nesse ponto o ENADE é igual ao Provão. Os resultados são relativos a cada curso, depois compõe o Índice Geral de Cursos.

Prof. Simon: Eu vi isso, mas parece que a essa altura eu já estava meio cansado... (risos)

E: Sobre a CONAES. Qual sua opinião?
Prof. Simon: confesso que não sei muito bem sobre a CONAES, não sei te dizer. A minha sensação é que ela representa os interesses dos diferentes atores. Não vejo ali muita capacidade de fazer uma avaliação independente. Eu acho que o problema da base da política de ensino superior é que você tem um grupo de interesses muito grande, que são: os reitores, o sindicato dos professores, o sindicato dos funcionários

etc. E a política do governo Lula é tipicamente uma política de apoiar e dar dinheiro e dar recursos para todos os interesses que se organizem. Não é isso? E aí as pessoas gostam. Paulo Renato tentou enfrentar alguns desses interesses e teve um problema enorme, não pode fazer quase nada nada, nada. A política tanto do Lula quanto do Itamar Franco (antes) era uma política de dar o que querem, dar dinheiro sem perguntar nada, e por isto não provocavam nem provocam reações.

E: E os interesses do setor privado? Não têm interesses?

Prof. Simon: O setor privado tem interesses, claro que tem interesses. O Setor privado tem interesses, eu acho que o setor público não tem uma política adequada para o setor privado. Muito pelo contrário. O setor público oscila entre uma política muito de ser contra o setor privado – como a proposta inicial da Reforma Universitária de Tarso Genro, e de atender aos interesses, aí sim, comerciais e às vezes até meio escusos do setor privado. A ideologia é antiprivatista, pura. Mas a prática, é de permitir que o setor privado faça o que quiser. O setor privado é 75% do ensino superior brasileiro, não é possível tratá-lo sem tomar em conta suas características próprias. É curioso que o governo Lula é o primeiro governo, com o Prouni, que financia o setor privado, mas ainda não há uma política adequada para o relacionamento do governo com este setor,

E: Como seria a regulação desse setor privado?

Prof. Simon: Primeiro uma certificação de qualidade, que possa informar o público, sem exigir que o setor privado seja forçado a se comportar como se fosse público, com muitos professores de tempo integral etc. Este tema está ligado ao da diferenciação: é preciso avaliar o setor privado por aquilo que ele pretende fazer, que é dar uma educação que seja útil para as pessoas, mas que seja de baixo custo. Além disto, na medida em que o setor privado recebe recursos públicos, como as isenções do Prouni, ele deveria ter seus dados financeiros tornados públicos. Se o governo não coloca dinheiro, o máximo que ele pode fazer é certificar a qualidade, se a educação proporcionada atende a um mínimo aceitável – não deveria caber ao governo decidir se o setor privado deve ou não abrir uma faculdade de direito ou medicina, é uma decisão privada dentro do direito constitucional à educação.

Não faz sentido, por exemplo, impedir a criação de uma faculdade de direito privada porque a OAB acha que já temos advogados demais. O que a OAB pode fazer, e já faz, é o Exame de Ordem, para avaliar os formados, e os alunos que entram nos cursos superiores devem ser qual a chance de os formados de uma instituição passarem neste concurso,
É equivocado dizer, como estava no projeto de Tarso Genro, que. a educação é uma função do Estado e o setor privado trabalha sobre concessão. Mas, não é isso. A Constituição é muito clara, a educação é um direito das pessoas, tem direito de criar uma escola e ensinar. O governo pode verificar se cumpre com a qualidade etc., mas o governo não regula. O governo não tem autoridade de dizer, "ensina isso, ensina aquilo" na educação superior.
Na educação básica é diferente, porque cabe ao setor público estabelecer o mínimo que as pessoas precisam aprender. Na educação superior, isto só se aplicaria para as

profissões regulamentadas, mas aí a maneira correta de controlar a qualidade é pelo exame de ordem, como o da OAB.

E: E, então, volto a perguntar: uma instituição, uma agência de avaliação seria possível, uma agência de avaliação privada no Brasil?

Prof. Simon: Eu acho que sim. Não só uma, mas várias. O Brasil é muito complicado, é muito difícil ter uma agência que controle tudo, por razões financeiras, administrativas e políticas. Veja o exemplo da CAPES. A CAPES tem uma história muito interessante, ela conseguiu criar um padrão de qualidade da pós-graduação brasileira, que funcionava muito bem quando o sistema era ainda pequeno. Hoje em dia, acho que a CAPES está se tornando disfuncional; ela quer regular um sistema que cresceu demais, ela fica tentando impor normas e esse sistema extravasa por todos os lados com os cursos interdisciplinares, com as áreas aplicadas, com os convênios de cooperação internacional que ela não consegue controlar...E isto que a CAPES funciona no que há de melhor, em termos de cursos, de qualidade, com a pós-graduação, com cientistas. Então, ela está com aquilo que é o "filé mignon". Agora se você i tentar fazer a mesma coisa para todo esse sistema de educação de graduação, você não vai conseguir. A ideia seria descentralizar, criar sistemas de avaliação "customizados", diferentes para diferentes carreiras e profissões acho que é mais por aí. Porque senão quase que inevitavelmente, você cai numa coisa burocrática, muito difícil. É assim nos Estados Unidos, com associações de acreditação regionais, financiadas pelas próprias instituições. Um sistema mais aberto, mais descentralizado.

E: E as associações profissionais, o senhor confiaria na avaliação delas?

Elas também precisam ter credibilidade. Quando elas têm o monopólio da certificação profissional, como é o caso da OAB, isto pode trazer problemas; o ideal seria que elas fornecessem uma certificação voluntária, mas isto é complicado no Brasil, com tantas profissões regulamentadas por lei. De maneira geral, acho muito importante separar a certificação acadêmica da certificação profissional. Uma universidade ou um curso superior deveria ser avaliado e certificado em termos gerais, pela sua qualidade; e as pessoas que queiram exercer profissões regulamentadas deveriam ser certificadas individualmente por agencias de certificação, se possível independentes. Mas não é necessário certificar pessoas formas em profissões que não são ou não deveriam ser regulamentadas, como as de sociólogos, economistas etc.

E: Nem de jornalista.

Prof. Simon: Nem de jornalista.